



JUSTIÇA FEDERAL

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 5ª Região

PRESIDÊNCIA DO TRF 5ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO Nº 00013/2016

30/06/2016

APROVA O PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO, PARA O PERÍODO 2016-2017, NO ÂMBITO DA 5ª REGIÃO.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO,
no uso das atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n. 194, de 26 de maio, do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a instituição da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição;

CONSIDERANDO a criação do Comitê Gestor Regional para Implementação e Gestão da Política Nacional de Atenção Prioritária e Orçamentária do Primeiro Grau de Jurisdição (CG-PRIM), por meio do Ato n. 475, de 2 de outubro de 2015, da Presidência;

CONSIDERANDO os trabalhos realizados pelo CG-PRIM para a elaboração de plano de ação da referida Política, a partir de diagnóstico promovido entre juízes e servidores e com instituições externas, que apresentaram mais de duas centenas de sugestões visando ao aperfeiçoamento da estrutura e dos serviços judiciários e administrativos prestados na Justiça Federal da 5ª Região;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, ocorrida na sessão do dia 22 de junho de 2016;

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar o plano de ação para a implementação e gestão da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito da 5ª Região, para o período de junho de 2016 a junho de 2017, nos termos do anexo único desta Resolução.

Art. 2º Mediante provocação do Comitê Gestor Regional para Implementação e Gestão da Política Nacional de Atenção Prioritária e Orçamentária do Primeiro Grau de Jurisdição (CG-PRIM), a Presidência poderá aprovar a atualização do plano de ação, sempre que se verificarem circunstâncias supervenientes que justifiquem a alteração.

Art. 3º O CG-PRIM realizará o monitoramento da execução das ações previstos no plano, promovendo a articulação entre as unidades responsáveis pelo cumprimento das tarefas previstas e zelando pelo atendimento do cronograma estabelecido.

Art. 4º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

A handwritten signature in blue ink, reading "Rogério de Menezes Fialho Moreira". The signature is written in a cursive style with a long horizontal stroke at the end.

ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA
PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO

PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO 2016-2017

Linha de atuação	Ação	Benefícios esperados	Priorização				Cronograma		Unidades envolvidas
			Relevância ⁱ	Urgência ⁱⁱ	Facilidade de execução ⁱⁱⁱ	Prioridade ^{iv}	Previsão de início	Previsão de término	
I - Alinhamento ao Plano Estratégico	1. Desenvolvimento e implantação de política de valorização do servidor	Aumento do bem-estar, da auto-estima, da qualificação profissional e da produtividade do servidor	5	5	2	12	Julho de 2016	Março de 2017	Presidência, Subsecretaria de Pessoal, Núcleos de Gestão de Pessoas, Treinamento e Comunicação Social
	2. Desenvolvimento e implantação de política de saúde e bem-estar do servidor/magistrado	Aumento do bem-estar do servidor/magistrado	5	5	3	13	Julho de 2016	Março de 2017	Unidades de gestão de pessoas, de saúde e de licitação
	3. Instituição de premiação por cumprimento de metas e para estimular a inovação	Aumento da produtividade e da auto-estima do servidor. Desenvolvimento e compartilhamento de práticas inovadoras.	4	4	3	11	Julho de 2016	Outubro de 2016	Presidência, Diretores de Foro, CG-PRIM, unidades de gestão de pessoas e de planejamento
	4. Divulgação do plano estratégico da Justiça Federal	Maior compreensão do plano estratégico e envolvimento com o alcance dos objetivos	4	4	4	12	Agosto de 2016	Setembro de 2016	Unidades de comunicação social, planejamento

									to e gestão estratégica
	5. Definição de indicadores e metas específicos para a área-meio do Judiciário	Melhoria da execução da gestão estratégica	4	3	2	9	Outubro de 2016	Março de 2016	Unidades de planejamento e gestão estratégica, Diretorias Administrativas
	6. Definição de indicadores e metas qualitativas	Melhoria da execução da gestão estratégica	4	3	2	9	Outubro de 2016	Março de 2016	Unidades de planejamento e gestão estratégica, Diretores de Foro
	7. Desenvolvimento de planos estratégicos nas seções judiciárias e planos de gestão dos diretores de foro	Melhoria da execução da gestão estratégica	4	3	2	9	Janeiro de 2017	Abril de 2017	Diretores de Foro, unidades de planejamento e gestão estratégica
	8. Promoção de maior integração entre as unidades de planejamento e gestão estratégica na Justiça Federal	Melhoria da execução da gestão estratégica	5	4	3	12	Setembro de 2016	Novembro de 2016	Unidades de planejamento e gestão estratégica

Linha de atuação	Ação	Benefícios esperados	Priorização				Cronograma		Unidades envolvidas
			Relevância	Urgência	Facilidade de execução	Prioridade	Previsão de início	Previsão de término	
II - Equalização	1. Promover um estudo para diagnóstico e definição das necessidades de força de	Distribuição mais equitativa e eficiente da força de trabalho	5	5	1	11	Junho de 2016	Janeiro de 2017	Presidência, Corregedoria, Diretores de Foro,

da Força de Trabalho	trabalho nas unidades da Justiça Federal da 5ª Região, visando a uma maior equalização, observados os termos da Res. CNJ 219/2016								unidades de gestão de pessoas e de gestão estratégica
----------------------	---	--	--	--	--	--	--	--	---

Linha de atuação	Ação	Benefícios esperados	Priorização				Cronograma		Unidades envolvidas
			Relevância	Urgência	Facilidade de execução	Prioridade	Previsão de início	Previsão de término	
III - Adequação Orçamentária	1. Elaborar um normativo, no âmbito da Justiça Federal da 5ª Região, para a elaboração do Plano de Obras	Racionalização dos recursos orçamentários destinados para obras e reformas. Garantir a participação de magistrados e servidores na definição das prioridades de infraestrutura. Uniformizar o nível de infraestrutura e de acessibilidade dos Edifícios que compõem a Justiça Federal, principalmente nas Subseções Judiciárias.	4	4	5	13	Julho de 2016	Setembro de 2016	Diretoria-Geral, Comitê Técnico de Obras, Orçamento e Finanças, Secretaria Administrativa (TRF e Seções)
	2. Implantar sistema informatizado de gestão orçamentária	Aperfeiçoar o acompanhamento da gestão orçamentária, com um sistema integrado, de planejamento, execução, controle e prestação de contas dos recursos públicos. Possibilitar uma maior transparência e	5	5	3	13	Agosto de 2016	Junho de 2017	Área de Orçamento e Finanças, Subsecretaria de Tecnologia da Informação.

		governança do orçamento público. Acompanhamento das despesas em tempo real.							
	3. Elaborar um normativo, no âmbito da Justiça Federal da 5ª Região, para a elaboração da Proposta Orçamentária.	Permitir que a elaboração do orçamento seja participativa e a alocação dos recursos orçamentários seja otimizada e racionalizada. O processo de elaboração será mais transparente e terá uma maior governança.	5	4	3	12	Agosto de 2016	Novembro de 2016	CG-PRIM, Área de Orçamento, Diretoria-Geral e Secretaria Administrativa (TRF e Seções)
	4. Elaborar um normativo, no âmbito da Justiça Federal da 5ª Região, para a Prestação de Contas.	Aperfeiçoar o Relatório de Gestão, cujos dados são enviados para os Órgão de Controle Interno e Externo. Melhorar o processo de acompanhamento da Gestão Orçamentária e facilitar a obtenção de dados e informações gerenciais.	5	5	4	14	Agosto de 2016	Novembro de 2016	Área de Orçamento, Diretoria-Geral, Controle Interno e Secretaria Administrativa (TRF e Seções)
	5. Implantação do Portal de Dados Orçamentários da Justiça Federal da 5ª Região.	Melhorar a transparência da prestação de contas, da execução física e financeira das ações orçamentárias.	4	3	4	11	Agosto de 2016	Junho de 2017	Áreas de Orçamento e Finanças e Tecnologia da Informação.

Linha de atuação	Ação	Benefícios esperados	Priorização				Cronograma		Unidades envolvidas
			Relevância	Urgência	Facilidade de execução	Prioridade	Previsão de início	Previsão de	

					cução			término	
IV – Infraestrutura e tecnologia	1. Aperfeiçoamento da segurança das instalações, aquisição de equipamentos e elaboração de planos de segurança	Aumento da segurança dos integrantes da Justiça Federal no exercício da atividade-fim.	5	5	3	13	Junho de 2016	Fevereiro de 2017	Presidência, Comissão de Segurança Permanente, Subsecretaria de Assuntos Especiais (SAE) e seções de segurança e transporte, Secretarias Administrativas do TRF5 e seções
	2. Instituir procedimento de consulta periódica dos usuários acerca da satisfação com os sistemas informatizados, com realização de consulta prévia a modificações mais relevantes	Racionalização do trabalho.	4	3	4	11	Outubro de 2016	Dezembro de 2016	Comissão PJe, Secretaria Judiciária, Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Núcleos de Tecnologia da Informação
	3. Criar sistema de avaliação periódica dos servidores por meio eletrônico.	Melhorar e tornar mais rápida e segura a gestão de documentos.	3	3	4	10	Agosto de 2016	Março de 2017	Unidades de gestão de pessoas e Núcleos de Tecnologia

									da Informação
	4. Utilizar fontes renováveis de geração de energia elétrica	Economia e autossuficiência na geração de energia	3	2	1	6	Outubro de 2016	Março de 2017	Secretaria Administrativa, Núcleos de Administração e Comissão de Gestão Socioambiental
	5. Implantar em todas as unidades programa que propicie a troca de mensagens de texto entre os membros da equipe	Celeridade na troca de informações, aperfeiçoamento da comunicação	3	3	4	10	Setembro de 2016	Fevereiro de 2017	Unidades de gestão de pessoas, Varas e Gabinetes e unidades administrativas
	6. Construção de bicicletários e de vestiários, para possibilitar o deslocamento ao trabalho por meio de transportes não motorizados.	Facilitar a prática de atividades físicas pelos servidores, diminuir a poluição.	4	2	2	8	Junho de 2016	Junho de 2017	Diretores de Foro, Secretarias Administrativas e unidades de engenharia
	7. Implantação de sistema eletrônico único para processamento de documentos e processos administrativos	Aumentar a eficiência e facilitar o trabalho das unidades administrativas	5	3	3	11	Agosto de 2016	Junho de 2017	Secretaria Administrativa do TRF5 e seções, Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Núcleos de

									Tecnologia da Informação
	8. Estruturação dos serviços de videoconferências (criação de salas passivas nas seções e subseções)	Aumento da produtividade das varas, maior agilidade no agendamento e realização de videoconferências presididas por magistrados de outras localidades	5	4	2	11	Junho de 2016	Junho de 2017	Secretaria Administrativa, Núcleos de Tecnologia da Informação, Unidades de engenharia
	9. Estruturação dos serviços de atendimento de chamados para os NTIs (1º e 2º nível)	Aumento da satisfação dos usuários de TI, padronização de procedimentos.	4	3	1	8	Outubro de 2016	Junho de 2017	Núcleos de Tecnologia da Informação, Seção de Licitações
	10. Instituição de campanha de uso racional de copos descartáveis e contra o desperdício de energia elétrica e água	Redução do consumo de copos descartáveis, energia elétrica e água.	4	4	4	12	Setembro de 2016	Fevereiro de 2017	Comissão de gestão ambiental, unidades de comunicação social e de licitação
	11. Regulamentação e implantação do teletrabalho	Redução de gastos com energia elétrica, água e material de consumo. Aumento do bem-estar e da produtividade do servidor.	4	4	3	11	Julho de 2016	Dezembro de 2016	Presidência, unidades de gestão de pessoas

	12. Redução ou, pelo menos, alteração do horário de expediente	Redução de gastos com energia elétrica, água e material de consumo	4	5	2	11	Junho de 2016	Dezembro de 2016	Presidência, CJF, CNJ
	13. Adquirir software para gestão de manutenção das unidades da Justiça Federal, que disponibilize informações atuais e que inclua o registro de histórico das ações realizadas	Melhoria da manutenção da infraestrutura	3	2	2	7	Janeiro de 2016	Junho de 2017	Secretaria Administrativa, Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Núcleos de Tecnologia da Informação

Linha de atuação	Ação	Benefícios esperados	Priorização				Cronograma		Unidades envolvidas
			Relevância	Urgência	Facilidade de execução	Prioridade	Previsão de início	Previsão de término	
V - Governança Colaborativa	1. Ampliar a participação dos juízes e servidores do primeiro grau no planejamento (inclusive orçamentário) e processos decisórios institucionais	Aumento da auto-estima do servidor, do senso de compromisso e do nível de democratização interna da instituição	5	5	2	12	Julho de 2016	Março de 2017	Presidência, Diretores de Foro, CG-PRIM, Diretorias, unidades de planejamento e gestão estratégica
	2. Realização de encontros periódicos entre juízes e servidores, por áreas de competência/atribuição	Maior articulação, troca de experiência e uniformização de práticas	5	4	3	12	Outubro de 2016	Junho de 2017	Presidência, Diretores de Foro, unidades do TRF5 e

									Seções Judiciárias, em geral
	3. Criação de canais informatizados de avaliação permanente dos serviços jurisdicionais e administrativos	Aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação qualitativa dos serviços	3	3	3	9	Janeiro de 2017	Junho de 2017	Unidades de Tecnologia da Informação e comunicação social, Diretores administrativos
	4. Estabelecer um canal de comunicação direto com a Administração	Maior aproximação entre os servidores e a Administração	3	3	4	10	Agosto de 2016	Dezembro de 2016	Presidência, Diretores de foro, unidades de Tecnologia da Informação e comunicação social

Linha de atuação	Ação	Benefícios esperados	Priorização				Cronograma		Unidades envolvidas
			Relevância	Urgência	Facilidade de execução	Prioridade	Previsão de início	Previsão de término	
VI - Diálogo Social e Institucional	1. Instituir um fórum permanente de diálogo interinstitucional (art. 6º da Res. CNJ 194/2014)	Melhoria do relacionamento com as demais instituições	4	4	3	11	Setembro de 2016	Dezembro de 2016	Presidência, Diretores de Foro, CG-PRIM
	2. Fortalecer a atuação dos juízes de cooperação	Maior articulação, troca de experiência e redução do tempo de tramitação de cartas precatórias e outros expedientes em	4	4	3	11	Outubro de 2016	Mai de 2017	Juízes de cooperação, Presidência, Diretores de Foro

		curso nos demais ramos do Judiciário							
	3. Aprimorar o acompanhamento das instituições de cunho social cadastradas para fins de receber pessoas para cumprimento de penas alternativas e medidas correlatas	Maior eficiência no cumprimento de penas alternativas e medidas correlatas, favorecendo a ressocialização	4	3	3	10	Agosto de 2016	Março de 2017	Varas criminais (notadamente com competência para execução penal), Corregedoria, Diretores de Foro
	4. Criar câmaras consultivas temáticas, com representantes do Judiciário e entidades externas, inclusive instituições de ensino superior	Obtenção de informações mais qualificadas em assuntos de maior complexidade de interesse da Justiça Federal	3	3	3	9	Outubro de 2016	Mai de 2016	Presidência, Diretores de Foro, Diretores Administrativos
	5. Promoção de cursos, programas e campanhas educativas para informar a comunidade sobre a atuação da Justiça Federal	Maior difusão dos serviços da Justiça Federal e maior reconhecimento social	5	4	3	12	Agosto de 2016	Fevereiro de 2017	Unidades de comunicação social e treinamento
	6. Difusão da Lei de Acesso à Informação e acompanhamento de seu cumprimento no âmbito da Justiça Federal	Maior transparência e publicidade	4	3	4	11	Junho de 2016	Dezembro de 2016	Unidades de comunicação social, de controle interno e de orçamento e finanças
	7. Promover cursos e eventos para jornalistas sobre noções de Direito e a atuação da Justiça	Maior aproximação e qualificação dos profissionais da imprensa	5	4	3	12	Agosto de 2016	Fevereiro de 2017	Diretores de Foro, unidades de comunicação

	Federal								ção social e treinamento
	8. Instituir programas de visitas de servidores e juízes a entidades públicas e da sociedade civil	Maior conhecimento da realidade vivenciada nas instituições com quem a Justiça Federal lida cotidianamente	3	3	3	9	Outubro de 2016	Março de 2017	Presidência, Diretores de Foro, unidades de comunicação social e transporte

Linha de atuação	Ação	Benefícios esperados	Priorização				Cronograma		Unidades envolvidas
			Relevância	Urgência	Facilidade de execução	Prioridade	Previsão de início	Previsão de término	
VII - Prevenção e racionalização de litígios	1. Criação de uma comissão de prevenção de conflitos de massa, em cada seção judiciária, a fim de identificar com rapidez quais demandas repetitivas estão surgindo, de modo a assegurar tratamento institucional que racionalize o processamento das ações em curso e evite a propositura de novas ações.	Aumento da segurança jurídica e da celeridade na conclusão de processos.	5	4	3	12	Agosto de 2016	Fevereiro de 2017	Presidência do TRF5, Subsecretaria de Pessoal, Direção do Foro

Linha de atuação	Ação	Benefícios esperados	Priorização				Cronograma		Unidades envolvidas
			Relevância	Urgência	Facilidade de execução	Prioridade	Previsão de início	Previsão de término	
	1. Desenvolvimento de	Aumento da produtividade	4	3	2	9	Janeiro de	Junho de	Subsecretaria

VIII - Estudos e Pesquisas	sistema informacional para pesquisa de sentenças, decisões e despachos exarados no 1º grau e nos Juizados Especiais	do servidor e da celeridade processual					2017	2017	ria de Tecnologia da Informação/ TRF5 e Núcleos de Tecnologia da Informação das Seccionais
	2. Estimular as unidades judiciárias e administrativas a elaborarem manuais que documentem os principais processos de trabalho (procedimentos operacionais padrão – POP) e a divulgarem as melhores práticas	Uniformização de procedimentos na área judiciária e administrativa e conseqüente aumento de produtividade e celeridade processual	4	4	2	10	Janeiro de 2017	Junho de 2017	Diretorias de Foro, Seções de Planejamento das Seccionais

Linha de atuação	Ação	Benefícios esperados	Priorização				Cronograma		Unidades envolvidas
			Relevância	Urgência	Facilidade de execução	Prioridade	Previsão de início	Previsão de término	
IX - Formação	1. Aperfeiçoar o site da ESMAFE, criando um Portal da Educação Judiciária.	Maior difusão do conhecimento, universalização dos cursos a distância	3	3	2	8	Setembro de 2016	Abril de 2017	ESMAFE e unidades de treinamento
	2. Aperfeiçoamento do levantamento de necessidades de capacitação, objetivando aumentar a participação	Promover a participação de magistrados e servidores na elaboração dos programas de capacitação.	4	3	4	11	Setembro de 2016	Junho de 2017	Direção da Secretaria Administrativa das Seccionais,

Continuada	de magistrados e servidores na elaboração dos programas de capacitação, com foco no desenvolvimento de competências.								unidades de treinamento do TRF5 e seções
	3. Aperfeiçoamento dos programas de capacitação das Seccionais, áreas judiciária e administrativa, nas modalidades presencial, priorizando <i>in company</i> , e Ead.	Promover o desenvolvimento de Magistrados e Servidores, priorizando, quando possível, a modalidade de ensino a distância.	4	4	3	11	Setembro de 2016	Junho de 2017	Direção da Secretaria Administrativa e unidades de treinamento do TRF5 e seções
	4. Regulamentação do programa de concessão de bolsas de estudo para pós-graduação	Aumento da qualificação profissional e da produtividade do servidor	4	4	2	10	Julho de 2016	Setembro de 2016	Presidência e Diretores de Foro
	5. Aperfeiçoamento do programa de ambientação de novos servidores	Aumento do bem-estar, da auto-estima, da qualificação profissional e da produtividade do servidor	4	3	3	10	Setembro de 2016	Janeiro de 2017	Núcleo de Tecnologia da Informação, unidades de gestão de pessoas e treinamento do TRF5 e seções

ⁱ Escala de 1 a 5, sendo 5 o grau de maior relevância.

ⁱⁱ Escala de 1 a 5, sendo 5 o grau de maior urgência.

ⁱⁱⁱ Escala de 1 a 5, sendo 5 o grau de maior facilidade de execução.

^{iv} Somatório dos anteriores; quanto maior o número, maior a prioridade da ação.